

IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ECONÔMICA NO ENSINO DA ECONOMIA

Edmundo Pozes da Silva
Instituto Federal do Paraná
edmundo.pozes@ifpr.edu.br

Fernando Pozes da Silva
Instituto Federal do Paraná
fernando.pozes@gmail.com

Frederico Coutinho Lemos
Instituto federal do Paraná
fredbalsa@hotmail.com

ÁREA TEMÁTICA: História econômica e social

RESUMO

Objetiva-se apresentar uma série de conceitos econômicos com a finalidade de demonstrar as relações históricas das escolas do pensamento econômico. Entre os conceitos, as tradicionais definições de economia e as divisões da micro e macro, economia política, economia marxista, marginalismo. Posteriormente, aborda-se a área matemática, agregando a economia matemática, econometria, economia financeira e finanças públicas. Em seguida, uma área mais abrangente com a economia do desenvolvimento, sistemas econômicos, economia do meio ambiente, economia do trabalho e economia gerencial. Depois, fazem-se considerações sobre economia keynesiana, comércio internacional e pequenas lembranças da escola austríaca, escola de Chicago, escola de Freiburg, escola de Lausanne e escola de Estocolmo. Ao final, apresenta-se fluxograma inédito com exposição de toda a sequência das escolas econômicas e suas relações. O desenho do gráfico pictórico apresenta-se em 15 quadros onde são descritos nome da escola ou apoio, data do início, principais autores e resumo dos tópicos que identificam a escola. Em seguida, ligam-se essas escolas e apoios, identificando escolas precedentes e antecedentes, demonstrando ligação às escolas econômicas. Por exemplo, a escola clássica teve como antecedente os ideais da Fisiocracia, e dela a escola clássica, originaram-se outras três escolas econômicas baseadas em seus ideais como a escola histórica alemã, a escola marxista e as escolas neoclássica e marginalista. Assim, o desenho formatou-se em apresentação de outras escolas, como escola matemática, escolas institucionais, escola monetarista, escola do bem-estar, escola concorrência imperfeita, escola keynesiana, escola crescimento e desenvolvimento e a escola novo classicismo. Este artigo objetiva apresentar um resumo histórico do pensamento econômico e suas interligações para permitir a divulgação e o entendimento do desenho das ciências econômicas.

PALAVRAS-CHAVE

História econômica; escolas econômicas; sociedade.

Economia é a ciência social que estuda produção, distribuição e consumo de bens e serviços. A definição de Lionel Robbins em um ensaio de 1932: "a ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos." Escassez significa que os recursos disponíveis são insuficientes para satisfazer todas as necessidades e desejos. Então, a economia envolve o estudo das escolhas, uma vez afetadas por incentivos e recursos.

A publicação da obra *A riqueza das nações*, de Adam Smith, 1776, é o efetivo reconhecimento da economia como disciplina. O livro identifica trabalho, terra e capital como fatores de produção e maiores contribuidores à riqueza de uma nação. A economia ideal seria um sistema de mercado autorregulador que, automaticamente, satisfaria as necessidades econômicas da população. Descreve o mecanismo de mercado como "*mão invisível*", que leva todos os indivíduos à busca de seus próprios interesses, a produzir o maior benefício à sociedade como um todo. Incorpora algumas das ideias dos fisiocratas, inclusive, *laissez-faire*, em suas próprias teorias econômicas, e rejeita a ideia de que somente a agricultura é produtiva.

Na visão da mão invisível, afirma que os mercados competitivos tendem a satisfazer às necessidades sociais mais amplas, apesar de ser guiado por interesses próprios. A abordagem que Smith formula é denominada economia política, mais tarde de economia clássica, incorporando pensamento de economistas como Thomas Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill, que escrevem entre as décadas de 1770 e 1870.

Adam Smith enfatiza a produção de renda; David Ricardo, a distribuição entre proprietários de terras, trabalhadores e capitalistas. Ricardo propõe que o crescimento da população e do capital, ao pressionar um suprimento fixo de terras, eleva aluguéis e deprime salários e lucros. Thomas Robert Malthus usa a ideia de retornos decrescentes para explicar as baixas condições de vida na Inglaterra. Segundo Malthus, a população tende a crescer geometricamente, sobrecarregando a produção de alimentos que cresce aritmeticamente. John Stuart Mill diverge dos autores anteriores quanto à inevitabilidade da distribuição de renda por mecanismos de mercado. Aponta diferença dos dois papéis do mercado: alocação de recursos e distribuição de renda.

A teoria do valor é importante na teoria clássica. Smith escreve que "o preço real de qualquer coisa é esforço e trabalho de adquiri-la", o que é influenciado pela sua escassez. Smith diz que salários e aluguéis também entram na composição do preço da mercadoria. Outros economistas clássicos apresentam variações das ideias de Smith, chamada teoria do valor-trabalho. Economistas clássicos focam na tendência do mercado de atingir o equilíbrio em longo prazo.

A economia política é considerada um ramo da ciência do estadista, propondo dois objetos distintos: suprir renda ou produtos em abundância à população e; suprir o Estado com renda suficiente aos serviços públicos. Propõe-se a enriquecer tanto povo quanto governante.

A economia marxista, obra de Karl Marx, descende da economia clássica. O primeiro volume de sua obra-prima, *O capital*, 1867, foca a teoria do valor-trabalho e considera a exploração do trabalho pelo capital. Assim, a teoria do valor-trabalho, além de simples teoria de preços, transforma-se em método para medir a exploração do trabalho num sistema capitalista, apesar de disfarçada pela economia política.

A economia neoclássica ou marginalismo forma-se entre 1870 e 1910, e sistematiza oferta e demanda como determinantes conjuntos do preço e da quantidade transacionada em um equilíbrio de mercado, afetando tanto a alocação da produção quanto a distribuição de renda. Dispensa a teoria do valor-trabalho em favor da teoria do valor-utilidade marginal no lado da demanda e uma teoria mais geral de custos no lado da oferta.

A teoria econômica marginalista descreve o consumidor como agente que almeja alcançar a posição mais desejada, sujeita a restrições, inclusive, renda e riqueza. Discorre sobre o produtor como agente que busca a maximização do lucro e sujeito as suas próprias restrições. Assim, ao consumidor, no ponto cuja utilidade marginal de um bem alcança zero, não há mais incremento no consumo desse bem. No ponto onde o lucro marginal alcança zero, cessa o aumento na produção do bem.

Na divisão da economia, destaca-se a microeconomia que examina o comportamento econômico de agente, indivíduo, firma e suas interações em mercados específicos, dadas a escassez e a regulação governamental. Essa teoria considera agregados de uma quantidade demandada por compradores e quantidade ofertada por vendedores para cada preço possível por unidade. A microeconomia une esses aspectos para descrever como o mercado pode atingir um equilíbrio em relação ao preço e à quantidade negociada respondendo a variações no mercado ao longo do tempo, conhecido como análise de oferta e demanda.

Já a macroeconomia, examina a economia como um todo, explicando agregados e suas interações. Tais agregados incluem medições do produto nacional bruto, taxa de desemprego, inflação de preços e subagregados e, como consumo, todos os gastos com investimento e componentes. Estuda também os efeitos das políticas monetária e fiscal. A análise macroeconômica considera fatores que afetem o nível de crescimento da renda nacional ao longo-prazo. Tais fatores incluem acumulação de capital, mudança tecnológica e crescimento da força de trabalho.

A economia matemática refere-se a aplicações de métodos matemáticos para representar a teoria econômica ou analisar problemas surgidos na economia. Esses métodos incluem cálculo e álgebra matricial. Alguns economistas comentam as vantagens na formulação e derivação de relações centrais em um modelo econômico com clareza, generalidade, rigor e simplicidade. O livro de Paul Samuelson, *Fundamentos da análise econômica*, 1947, identifica uma estrutura matemática comum através de vários campos da disciplina.

A econometria aplica métodos matemáticos e estatísticos para analisar dados relacionados a modelos econômicos. Por exemplo, uma teoria pode levantar a hipótese de que pessoas com educação superior terão renda mais alta, na média, que pessoas que não frequentaram o nível superior. A econometria pode ser usada para tecer generalizações quantitativas, podendo testar teoria, descrever relação de variáveis no passado e prever variáveis.

A economia financeira preocupa-se com a alocação de recursos financeiros em um ambiente de risco ou incerteza. Foca-se em operação de mercados financeiros, avaliação de preços de ativos financeiros e estrutura financeira das empresas.

Finanças públicas é o ramo da economia que lida com os gastos e receitas de orçamentos de entidades do setor público. Aborda questões como incidência fiscal, análise custo-benefício de programas do governo, efeitos na eficiência econômica, distribuição de renda de diferentes tipos de gastos, impostos e políticas fiscais.

A economia do desenvolvimento estuda fatores que explicam o crescimento econômico, como o aumento na produção *per capita* de um país ao longo do tempo. Os mesmos fatores são usados para explicar diferenças no nível de produção *per capita* entre países. O campo distinto da economia do desenvolvimento examina aspectos econômicos do processo de desenvolvimento em países de baixa renda focando em mudanças estruturais, pobreza e crescimento econômico.

Sistemas econômicos é o ramo da economia que estuda métodos e instituições pelas quais sociedades determinam propriedade, direção e alocação de recursos econômicos e suas respectivas trajetórias de desenvolvimento econômico. O sistema econômico de uma sociedade é a unidade de análise. Entre sistemas contemporâneos em diferentes partes do espectro organizacional, nos sistemas socialistas e capitalistas ocorre a maior parte da produção, respectivamente, em empresas estatais e privadas. Entre esses extremos estão as economias mistas. Um elemento comum é a interação de influências políticas e econômicas, amplamente descritas como economia política.

A economia do meio-ambiente volta-se aos assuntos relativos à degradação, à recuperação ou à preservação do meio-ambiente. Este pensamento considera como as políticas públicas podem ser usadas para corrigir tais falhas. Optam por regulação que reflita uma análise de custo-benefício ou soluções de mercado que alterem incentivos como multas por emissão ou redefinição de direitos de propriedade.

A economia do trabalho procura entender o funcionamento do mercado e suas dinâmicas. Os mercados de trabalho funcionam através das interações entre trabalhadores e empregadores. A economia do trabalho observa os ofertantes de força-de-trabalho, que são os trabalhadores e seus demandantes; os empregadores tentam entender os padrões resultantes de salários e outras rendas de trabalho, emprego e desemprego.

A economia gerencial aplica análise microeconômica para especificar decisões em organizações. Aproveita-se pesadamente de métodos quantitativos como pesquisa operacional, programação e métodos estatísticos. Um tema unificador é a tentativa de otimizar decisões de negócios, inclusive minimização de custo por unidade e maximização de lucro, dados os objetivos da firma e limitações impostas pela tecnologia e condições de mercado.

A economia keynesiana, formulada por John Maynard Keynes, na publicação da *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, 1936, dá início à macroeconomia como campo de estudo distinto. O livro foca em determinantes da renda nacional em curto prazo, em que os preços são relativamente inflexíveis. Keynes tenta explicar com riqueza de detalhes teóricos por que o alto desemprego poderia não ser autocorrigido devido à baixa ‘demanda efetiva’ e por que mesmo a flexibilidade de preços e a política monetária podem não ser suficientes para corrigir a situação.

O comércio internacional estuda os determinantes dos fluxos de bens e serviços através das fronteiras internacionais. Finanças internacionais estudam a macroeconomia que examina os fluxos de capital através de fronteiras internacionais e efeitos desses movimentos nas taxas de câmbio. O aumento do comércio de bens, serviços e capitais entre países é um dos maiores efeitos da globalização contemporânea.

A teoria clássica de comércio internacional, também conhecida por teoria das vantagens comparativas ou princípio das vantagens comparativas foi formulada no início do século XIX, por David Ricardo.

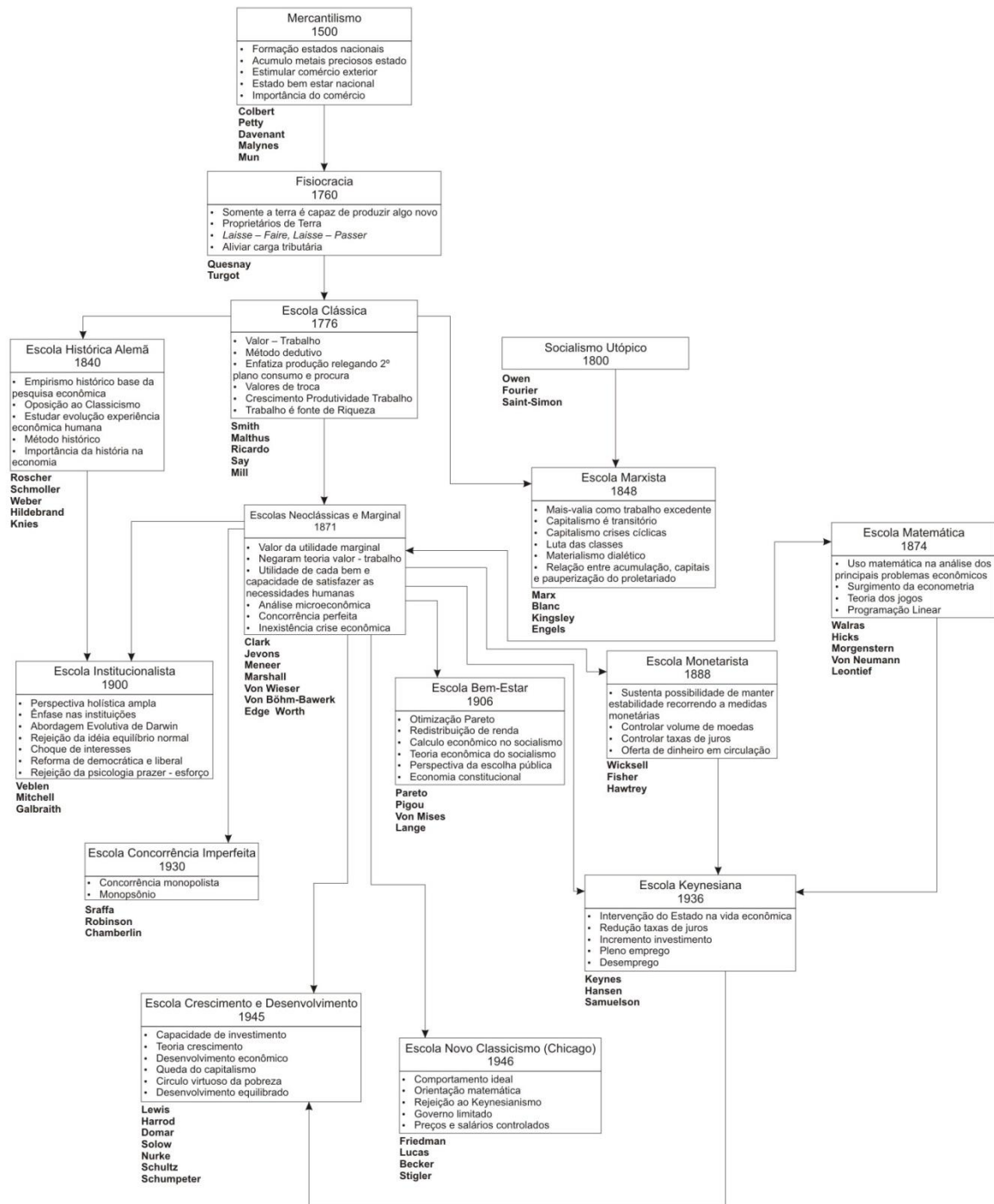
Outras linhas de pensamento relacionadas ao estilo de fazer economia, disseminadas por um grupo bem conhecido de acadêmicos incluem as escolas Austríaca, de Chicago, de Freiburg e de Estocolmo.

A escola Austríaca enfatiza o poder de organização espontânea do mecanismo de preços. Afirmam que a complexidade das escolhas humanas subjetivas faz com que seja extremamente difícil a modelação matemática do mercado em evolução e defende uma abordagem *laissez-*

faire à economia. A escola de Chicago defende o livre mercado. As ideias são associadas à teoria neoclássica de formação de preços e ao liberalismo econômico, refutando e rejeitando o keynesianismo em favor do monetarismo. A escola de Freiburg cria o termo ordoliberalismo, que apresenta três pontos: organizar a economia com mercados eficientes e competitivos; assegurar ordem forte à economia justa numa economia social de mercado; criar ordem que evite falhas de mercados, dificultando o abuso de poder econômico. A escola de Estocolmo defende uma economia de mercado onde exista regulação econômica controlados pelo Estado para corrigir falhas de mercado possivelmente existentes.

Dentro da macroeconomia há em ordem geral de aparecimento na literatura: economia clássica, economia keynesiana, síntese neoclássica, economia pós-keynesiana, monetarismo, nova economia clássica e economia do lado da oferta. Novos desenvolvimentos alternativos incluem economia ecológica, economia evolucionária, teoria da dependência, economia estruturalista, teoria de juro da abstinência e teoria de sistemas mundiais.

História e escolas de pensamento econômico



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tencionou-se apresentar quadro das escolas do pensamento econômico e suas ligações para facilitar aos leitores a percepção das interligações entre as escolas. Considera-se que o mercantilismo, 1500, é o fato inicial dos estudos porque as características são a formação dos estados nacionais, acúmulo de metais preciosos pelo Estado, estado de bem-estar social e importância do comércio. Tem como precursores Colbert, Petty, Davenant, Malynes e Mun. O pensamento fisiocrata, 1760, cujos precursores são Quesnay e Turgot, propaga que somente a terra é capaz de produzir algo novo; valoriza proprietários de terras e faz alusão ao *laissez-faire, laissez-passer*.

A escola clássica, 1776, com Smith, Malthus, Ricardo Say e Mill, idealizam a teoria do valor-trabalho, método indutivo, enfatizando produção, crescimento da produtividade e, finalmente, trabalho como fonte de riqueza. A escola clássica influencia a escola histórica alemã, 1840, de Roscher, Schmoller, Weber, Hildebrand e Knies, que defendem o empirismo histórico como base da pesquisa econômica, se opõem ao classicismo, estudam a evolução como experiência econômica humana, lançam o método histórico e com isso a importância da história na economia. Em seguida o foco na escola marxista, 1848, com Marx, Engels, Blanc e Kingsley, produzindo o pensamento na mais-valia como trabalho excedente, a visão de que o capitalismo é transitório, que produz crises cíclicas, apoiam lutas de classe, materialismo dialético e relação entre acumulação, capitais e pauperização do proletariado. Tal escola é influenciada pelo socialismo utópico, 1800, por Owen, Fourier e Saint-Simon.

Posteriormente, as escolas neoclássicas e marginal, 1871, de Clark, Jevons, Meneer, Marshall, von Wieser, von Böhm-Bawerk e Edge Worth. As ideias são valor da utilidade marginal, concorrência perfeita e inexistência de crises econômicas. Negam a teoria-valor trabalho, apresentam a unidade de cada bem e a capacidade de satisfazer as necessidades humanas. Em seguida, o foco na escola matemática, com Walras, Hicks, Morgenstern, von Neumann e Leontief. As ideias são uso da matemática na análise dos principais problemas econômicos, surgimento da econometria, teoria do jogo e programação linear. Em 1888, surge a escola monetarista de Wicksell, Fisher, Hawtrey. Sustenta a possibilidade de manter estabilidade

recorrendo a medidas monetárias, controlar o volume de moedas, taxa de juro e oferta de dinheiro em circulação.

Em 1900, surge a escola institucionalista, de Veblen, Mitchell e Galbraith. Dá ênfase às instituições, perspectiva holística ampla, abordagem evolutiva de Darwin, rejeição da ideia de equilíbrio normal, choque de interesses, rejeição da psicologia prazer-esforço. Em 1906, a escola do bem-estar, de Pareto, Pigou, von Mises e Lange, defende a redistribuição de renda, economia constitucional, perspectiva da escolha pública, teoria econômica do socialismo e elabora a otimização de Pareto.

Em 1930, surge a escola da concorrência imperfeita, que discute sobre concorrência monopolista, monopsonio, oligopsonio e outras imperfeições, apresentadas por Sraffa, Robson e Chamberlin. A famosa escola keynesiana, 1930, de Keynes, Hansen e Samuelson, pregam a intenção do Estado na vida econômica e ações como redução da taxa de juro e incremento em investimentos e situações de pleno emprego. Em 1945, surge a escola do crescimento e do desenvolvimento que desenvolve teorias sobre a capacidade de investimento, desenvolvimento econômico, círculo virtuoso da pobreza, queda do capitalismo e teoria do crescimento, tudo pelas mãos de Lewis, Harrod, Domar, Solow, Nurke, Schultz e Schumpeter. Finalmente, surge em Chicago, 1946, a escola do novo classicismo de Friedman, Lucas, Becker e Stigler, que difunde ideias sobre comportamento ideal, orientação matemática, governo limitado, preços e salários controlados, e rejeitando o keynesianismo.

Este artigo objetiva apresentar um resumo histórico do pensamento econômico e suas interligações para permitir a divulgação e o entendimento do desenho das ciências econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNSTEIN, Israel. **Economia de Empresas**. São Paulo: Atlas, 2006.
- CASTRO, Antonio B. de. **Introdução à Economia: uma Abordagem Estruturalista**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.
- COSTA, Fernando Nogueira, **Economia**, São Paulo: Makron, 2000.
- GONÇALVES, Antonio Carlos Porto. **Economia empresarial**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- MANKIW, N, **Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MOCHON, Francisco. **Princípios de Economia**. São Paulo, Pearson, 2006

- MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da Teoria Econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- NUNES, André. **Economia e Ideologia: Notas de Aula de Um Curso de Introdução À Economia Política**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.
- ROSSETTI, José Pascoal. **Introdução a Economia**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SILVA, César Roberto Leite da. **Economia e Mercados**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **ECONOMIA: Micro e Macro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.
- WESSELS, Walter. **Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.